



## RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2009

## 1. A EMPRESA

A Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, Sociedade de Economia Mista, CNPJ nº 42.266.890/0001-28, teve autorizada sua constituição pelo Decreto-Lei nº 256, de 28.02.1967 e tem como objetivo principal o desenvolvimento de projetos e programas focados no constante aprimoramento das infraestruturas de acesso aquaviário, de acostagem, e, inclusive, terrestre, promovendo a competitividade dos portos por ela administrados e, por conseguinte, dos custos logísticos inerentes aos bens movimentados por intermédio de suas instalações.

Para complementação dos serviços estabelecidos pela legislação em vigor, podem também ser desenvolvidas atividades afins, conexas e acessórias, industriais, comerciais e de prestação de serviços. É regida pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 e suas alterações), no que lhe for aplicável, pelo seu Estatuto Social e pela Lei nº 8.630/93, segundo a qual a empresa passou a exercer a função de Autoridade Portuária dos Portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis.

## 2. LINHAS DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICA

Em estrita consonância com as diretrizes do Governo Federal, consubstanciada nas metas estratégicas estabelecidas pela Secretaria Especial de Portos da Presidência da República – SEP/PR, a CDRJ vem desenvolvendo diversas ações de cunho administrativo, financeiro e organizacional, com vistas a expandir os resultados operacionais da Companhia. Por conseguinte, foram adotadas medidas no intuito de promover a racionalização de atividades e o melhor aproveitamento da força de trabalho da Empresa. As seguintes linhas de atuação estratégica foram adotadas:

- Recuperação da Infraestrutura Operacional e de Apoio
- Manutenção da Segurança nos Portos
- Valorização e Promoção da Gestão de Pessoas
- Desenvolvimento das Relações Comerciais e Novos Negócios
- Recuperação Econômico-financeira
- Adequação da Infraestrutura Portuária
- Desenvolvimento da Política Ambiental, de Saúde e da Segurança do Trabalho
- Implantação do Planejamento Estratégico e de Sistemas de Avaliação por Desempenho

## 3. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

## 3.1. Recuperação da Infraestrutura Operacional e de Apoio

Foram tomadas medidas para viabilizar a adoção de ferramentas informatizadas de apoio à gestão, como a melhoria da infraestrutura computacional com aquisição de microcomputadores e de servidores, e a revisão do site da CDRJ. Foi realizada a execução parcial do Plano de Recuperação da Infraestrutura Predial, com serviços de pintura, troca de piso, manutenção e modernização de elevadores, manutenção e reparo do sistema de refrigeração nas instalações do Edifício Sede da Companhia e manutenção e modernização de elevadores do Prédio da Superintendência do Porto do Rio de Janeiro. Prosseguiu-se com o desenvolvimento de processos de automação que permitam a conectividade através da Supervia Eletrônica de Dados - SED, visando estabelecer, desenvolver e implementar as interfaces de dados a serem compartilhados entre a Autoridade Portuária, a Autoridade Aduaneira e órgãos reguladores como a ANTAQ e desenvolver o módulo de estatística da movimentação de carga dos portos, com vistas à contínua operação do Sistema para os Portos do Rio de Janeiro e Itaguaí. Diante do esforço para melhorar a rotina administrativa da área jurídica e no sentido de dotar a Administração de meios de controle eficazes, tendo em vista o grande número de ações judiciais, foram adotadas as seguintes medidas: Implantação do Sistema Integrado de Controle das Ações da União - SICAU (Treinamento administrado pela AGU); Implementação de ações administrativas, visando sanear o passivo de ações judiciais da CDRJ.

## 3.2. Manutenção da Segurança nos Portos

A CDRJ adotou medidas para aprimorar e manter o status de segurança nos portos por ela administrados promovendo ações, tais como, a elaboração de novo Regulamento da Guarda Portuária, em atendimento à Portaria nº 121/2009 da SEP/PR, publicada em 13/05/2009; a formação de 20 (vinte) Guardas Portuários como Supervisores de Segurança Portuária, em curso ministrado pela CONPORTOS, em Brasília-DF; além dos procedimentos para aquisição ou locação de Sistema Integrado de Segurança (acesso de pessoas e CFTV) para diversas áreas da Companhia. Ainda como medida de segurança nos portos, principalmente no aspecto ambiental, a Companhia implantou o primeiro Centro de Atendimento a Emergências - CAE, no Porto do Rio de Janeiro, com a finalidade preclusa de pronto atendimento às emergências ambientais, tal como conter derramamentos de óleo e derivados, bem como retirá-los das águas da Baía de Guanabara.

## 3.3. Valorização e Promoção da Gestão de Pessoas

Foram elaborados e aprovados pela Diretoria Executiva, pelo Conselho de Administração, pela Secretaria Especial de Portos da Presidência da República - SEP/PR e pelo DEST/MP o Plano de Carreira, Empregos e Salários - PCES e o Plano de Empregos Comissionados - PEC da Companhia, os quais foram implantados em 2009. Foram oferecidos treinamentos e capacitações interna e externa para empregados da CDRJ e Trabalhadores Portuários Avulsos, por meio da parceria com a Fundação de Estudos do Mar - FEMAR e a Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro - SEERJ. A Companhia procedeu, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários dos Portos do Estado do Rio de Janeiro - S.T.S.P.P.E.R.J., à negociação e formalização do Acordo Coletivo de Trabalho, referente ao período de 1º de junho de 2009 a 31 de maio de 2011, em fase de aprovação no DEST/MP.

## 3.4. Desenvolvimento das Relações Comerciais e Novos Negócios

Dentre as ações realizadas com o objetivo de atrair novos clientes e parceiros comerciais para os Portos da CDRJ, podemos destacar a apresentação e Aprovação no CAP da revisão do Plano de Desenvolvimento e de Zoneamento - PDZ dos Portos do Rio de Janeiro e Niterói, bem como a adequação do PDZ e elaboração da nova proposta de poligonal do Porto Organizado de Itaguaí, visando a instalação em suas áreas contíguas do estaleiro e da Base Naval para submarinos nucleares da Marinha do Brasil e a constituição de um Distrito Industrial de Offshore pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Igualmente, foi aprovada pelo Conselho de Autoridade Portuária - CAP de Angra dos Reis a retirada de áreas de Zona de Apoio Logístico do Porto Organizado e está sendo elaborada nova proposta de poligonal para o referido Porto. Destaca-se a participação da CDRJ na INTERMODAL/2009, com elaboração de novo material de divulgação institucional dos Portos do Estado do Rio de Janeiro; a representação da CDRJ na FENASHORE 2009 - Feira de Conferência Internacional de Tecnologia Naval e Offshore; a representação da CDRJ no II Encontro de Portos da Língua Portuguesa - CPLP, realizado em Fortaleza - CE; a realização do II Seminário Integrado Portos do Rio - Portas de Minas, em Belo Horizonte. Merece destaque, também, a elaboração de estudos técnicos e de Modelagem Econômico-financeira visando o arrendamento dos novos Terminais de Granéis Sólidos e Líquidos do Porto de Itaguaí e dos Terminais de Produtos Siderúrgicos e Papelão do Porto do Rio de Janeiro; a renovação do Convênio de Apoio Técnico e Financeiro entre a CDRJ e o Município do Rio de Janeiro, visando dar continuidade à implantação do novo acesso rodoviário ao Porto do Rio de Janeiro; a representação da CDRJ nos Seminários realizados na Federação das Câmaras de Comércio Exterior do Rio de Janeiro; a proposição para incrementar a arrecadação da empresa, implementando o Programa de Novos Arrendamentos, através de licitação, dos imóveis não operacionais disponíveis, bem como a elaboração de laudos técnicos e de avaliação, visando a regularização e arrendamentos de imóveis fora da área da poligonal do Porto Organizado do Rio de Janeiro. Vêm sendo tomadas ações constantes para a Regularização de Imóveis junto a Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU/RJ), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Prefeituras Municipais (Angra dos Reis, Niterói, Itaguaí e Rio de Janeiro), tais como o acompanhamento de processos junto às Secretarias Municipais de Fazenda, visando à regularização das pendências existentes em relação à Dominalidade, no caso dos imóveis foreiros à União Federal e, imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, nos casos de contestação dos lançamentos tributários exigidos pela Autoridade Fiscal. Acrescenta-se a gestão junto à SPU/RJ, em face do interesse da CDRJ, no domínio útil da Ilha da Pombeba (situada em frente ao Cais de São Cristóvão), e Ilha do Francês em Itaguaí, evitando futura cessão destas à iniciativa privada. Merece menção, também, a conclusão do Processo que trata da titularidade do terreno da Estrada Joaquim Fernandes, 120 - Ilha da Madeira, em Itaguaí, onde foi concedido o RGI, em favor da CDRJ.

## 3.5. Recuperação Econômico-financeira

Com o objetivo de eliminar o déficit financeiro e aumentar liquidez, a CDRJ adotou medidas tais como o pedido de adesão ao parcelamento da sua dívida fiscal junto à Secretaria da Receita Federal, obtendo o deferimento. Nessa mesma linha, está sendo discutida uma solução para as operações de securitização de contratos feitas em 1998, junto ao Tesouro Nacional, através da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, o que resultará em mais receitas operacionais e na redução do endividamento da CDRJ. Outro fato importante diz respeito aos bloqueios judiciais decorrentes das ações judiciais incidentes sobre as operações de leasing herdadas da extinta PORTOBRAS, cujo valor do mandado judicial já foi cumprido, o que resultará em melhorar o caixa da CDRJ para o próximo ano. A proposta de acordo de intenções e parceria com a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, no tocante ao Projeto Porto Maravilha, trará para o próximo ano resultados positivos com relação às obrigações e direitos das partes, tais como, negociações de dívidas e participação em diversos empreendimentos como parceira comercial.

## 3.6. Adequação da Infraestrutura Portuária

Deve ser destacada a renovação do Convênio de Apoio Técnico e Financeiro entre a CDRJ e o Município do Rio de Janeiro, visando dar continuidade à implantação do novo acesso rodoviário ao Porto do Rio de Janeiro. Foram realizados, também, estudos e projetos para racionalização da operação portuária e proteção ao meio ambiente; obras de recuperação da pavimentação das vias internas do Porto do Rio de Janeiro; recuperação do telhado do prédio da Sede da Guarda Portuária no Rio de Janeiro, manutenção eletromecânica, elétrica e eletrônica, civil, seletiva, preventiva e corretiva das subestações elétricas, das redes elétricas de média e baixa tensão, das torres de iluminação e das instalações prediais de baixa tensão, na área compreendida entre o Pier Mauá ao cais do Caju, no Porto do Rio de Janeiro; reformas e adequações do prédio anexo aos Armazéns 12 e 13, para futuras instalações da Inspetoria do Porto do Rio de Janeiro e o reparo nas defensas do Porto do Rio de Janeiro. Foi realizada, também, a dragagem de aprofundamento no canal de acesso e na bacia de evolução do Porto de Itaguaí; e a manutenção na rede elétrica dos Portos de Itaguaí e do Rio de Janeiro. Devemos mencionar, também, a manutenção dos dispositivos de segurança viária para os Portos do Rio de Janeiro e Itaguaí; a sinalização vertical e semaforização do Porto de Angra dos Reis e a ampliação da Portaria Principal do Porto de Itaguaí. Foi firmado contrato para a elaboração do Projeto de implantação de um sistema de informações geo-referenciais das instalações físicas portuárias operacionais do Porto do Rio de Janeiro.

## 3.7. Desenvolvimento da Política Ambiental, de Saúde e da Segurança do Trabalho

A CDRJ deu continuidade às atividades de enquadramento no Sistema de Licenciamento Ambiental com o Instituto Estadual do Ambiente - INEA. Merecem destaque as atividades relacionadas com as licenças ambientais para ações de dragagens nos Portos da CDRJ com recursos provenientes do PAC; a inauguração do Centro de Atendimento a Emergências (CAE) do Porto do Rio de Janeiro; o prosseguimento da regularização dos processos das licenças de operação, junto ao INEA, dos quatro portos administrados pela Companhia (Rio de Janeiro, Itaguaí, Angra dos Reis e Niterói); as reuniões permanentes com os setores de meio ambiente e da segurança do trabalho dos arrendatários e operadores portuários na busca de soluções para as não conformidades identificadas nos relatórios de auditoria ambiental. Para atendimento e cumprimento à Portaria SEP nº 104 a área de Segurança do Trabalho passou para a estrutura organizacional da Superintendência de Meio Ambiente - SUPMAM, como medida inicial, visando à implementação do Sistema de Gestão Integrada de Meio Ambiente, Saúde e Segurança - SIGA, da CDRJ.

## 3.8. Implantação do Planejamento Estratégico e de Sistemas de Avaliação por Desempenho

A implantação da "Gestão Portuária por Resultados - GPPR", em atendimento à Portaria SEP/PR nº 214, publicada no DOU, de 11 de setembro de 2008, é uma diretriz primordial a ser alcançada. Para tal, vem sendo elaborado um novo planejamento estratégico para a CDRJ, bem como, uma proposta de reestruturação empresarial. O Projeto "Sistema de Indicadores de Desempenho da CDRJ" e o envio dos dados levantados à Secretaria Especial de Portos - SEP, também integrante da Portaria SEP nº 214, atendeu às sucessivas recomendações dos Órgãos de Controle Interno no que tange à criação e definição de metas físicas e financeiras que permitam a avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão da CDRJ. Foram enviados à ANTAQ o Termo de Homologação assinado e os dados para composição do Anuário de 2009, com publicação em março de 2010, por meio dos formulários disponibilizados por aquela Agência.

## 4. RESULTADOS OPERACIONAIS

O Complexo Portuário sob a gestão da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, formado pelos Portos Públicos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis, registrou, em 2009, um volume total de movimentação de cargas da ordem de 56.676.334 toneladas. A movimentação de cargas no Porto do Rio de Janeiro, no cais, atingiu 6.769.028 t, no exercício de 2009, e o total de toneladas decresceu 22,9%, em relação ao ano anterior.

A movimentação de cargas no cais no Porto de Itaguaí, alcançou, no ano de 2009, a marca de 49.755.062 toneladas, representando acréscimo de 5,4%, em relação ao ano anterior.

A movimentação no Porto de Angra dos Reis, em 2009, alcançou a marca de 74.097 toneladas, representando decréscimo de 67,6%, em relação ao ano anterior.

A movimentação no Porto de Niterói, em 2009, alcançou a marca de 78.147 toneladas, representando acréscimo de 72,5%, em relação ao ano anterior.

Considerando a natureza de Carga Geral nos Portos da CDRJ, ressaltamos que o acondicionamento em contêineres representou neste exercício 76% dessa movimentação. O perfil das cargas movimentadas, a exemplo dos exercícios anteriores, apresentou o Minério de Ferro, a Carga Geral Containerizada, Produtos Siderúrgicos e o Carvão, como os principais itens movimentados.

## Movimentação Geral de Cargas - Em Toneladas

COMPARATIVO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA - NO CAIS				
PORTO	Ano		Δ%	
	2009	2008		
Rio de Janeiro	6.769.028	8.773.875	-22,9	
Angra dos Reis	74.097	228.993	-67,6	
Niterói	78.147	45.293	72,5	
Itaguaí	49.755.062	47.217.575	5,4	
<b>TOTAL</b>	<b>56.676.334</b>	<b>56.265.736</b>	<b>0,7</b>	

## Perfil por Natureza da Carga - Em Toneladas

Natureza da Carga	2009		2008		Δ%
	unidade	TEU	unidade	TEU	
Sólidos a granel	47.458.708		45.023.112		5,4
Líquidos a granel	245.150		376.118		-34,8
Carga Geral	8.972.476		10.866.506		-17,4
<b>Total</b>	<b>56.676.334</b>		<b>56.265.736</b>		<b>0,7</b>

## Movimentação de Contêineres nos Portos da CDRJ

Porto	2009		2008		Δ%	
	unidade	TEU	unidade	TEU	unidade	TEU
Rio de Janeiro	238.653	350.295	289.059	428.190	-17,4	-18,2
Itaguaí	143.867	206.667	195.589	281.451	-26,4	-26,6
CDRJ	382.520	556.962	484.648	709.641	-21,1	-21,5

## Receita Operacional Bruta

Ano	2008		2009		Δ%(2009/2008)
	R\$ x 1000		R\$ x 1000		
Atividades Portuárias		139.007		171.259	23,2
Arrendamentos		50.032		47.242	-5,6
<b>Total</b>		<b>189.039</b>		<b>218.501</b>	<b>15,6</b>

## 5. APLICAÇÃO DE RECURSOS

## 5.1. Programa de Dispêndios Globais

O PDG para o exercício de 2009 foi aprovado pelo Decreto nº 6.647/2008, no valor de R\$ 164,5 milhões. A 1ª reprogramação dos valores do PDG foi aprovada pelo Decreto nº 6.914/2009, passando para R\$ 333,3 milhões. Nessa reprogramação foram incluídos os Saldos Financeiros e Restos a Pagar de exercícios anteriores e o pedido de suplementação para cobrir os diversos Bloqueios Judiciais em vigor. Logo após, houve uma nova reprogramação dos valores do PDG que totalizou R\$ 648,9 milhões, tendo como principal movimento a inclusão de R\$ 287,7 milhões pela Lei nº 12.178/2009. O detalhamento do Orçamento de Investimentos foi divulgado como Suplemento "B" da Lei 11.897/08 (LOA-09) em 10/03/2009.

A Receita Corrente inicialmente prevista no total de R\$ 191,8 milhões foi reprogramada em março para R\$ 258,4 milhões e mantida com o mesmo valor na reprogramação de setembro, com o IGP-M de 5,88%, fornecido pelo DEST.

A Receita de Capital para Aumento do Patrimônio Líquido foi inicialmente aprovada no valor de R\$ 3,5 milhões, primeiramente reprogramados para R\$ 19,5 milhões, em virtude do Decreto s/nº de 30/01/09 e a reabertura de créditos em andamento. Depois, com a inclusão da Lei nº 12.178/2009, passou para R\$ 307,1 milhões. Os outros recursos que complementam o PDG são as variações do capital de giro e do disponível.

Os recursos disponíveis representaram 51% da previsão total, alcançando o montante de R\$ 328,8 milhões, tendo parcelas de R\$ 237,7 milhões de Receitas Correntes (Operacional, Não Operacional e Recuperação de Vencimentos), 7,7 milhões de Recuperação de Capital para Aumento de Patrimônio Líquido e R\$ 83,3 milhões como Saldo Disponível Inicial de Balanço. Destes últimos, 75% estão vinculados a projetos de Investimentos com Recursos do Tesouro, correspondendo a R\$ 62,5 milhões, os quais foram incluídos no Orçamento de Investimentos - PDG/2009.

Os Recursos de Geração Própria alcançaram um montante de 92% da previsão reprogramada, correspondendo a R\$ 237,7 milhões assim distribuídos: R\$ 218.501 milhões em Receita Operacional; R\$ 11.404 milhões em Receita Não Operacional e R\$ 7.865 milhões em Recuperação de Vencimentos. Na nova previsão realizada para a elaboração da 1ª Reprogramação do PDG de 2009, fora considerado o comportamento de cada contrato no ano de 2008 com a média do IGP-DI projetado de 5,88% (definido pelo Ministério do Planejamento) e uma perspectiva de aumento da receita da CSN de R\$ 42,0 milhões, relativa à entrada em operação em 2008 da nova linha de minério e movimentação de outras cargas no Berço 202.

Do valor de R\$ 19,4 milhões em Receita de Capital/Recursos do Tesouro para aumento de capital, foram repassados R\$ 7,7 milhões, referentes à ação de "Estudos e Projetos para Racionalização da Operação Portuária e Meio Ambiente e ISPS - Code".

A execução total dos Dispêndios Correntes representou 47% da dotação reprogramada (R\$ 561,1 milhões), chegando a R\$ 261,3 milhões. Na composição dos gastos, as despesas com maior relevância foram Pessoal e Encargos Sociais e Dívidas Judiciais, que, juntas, representaram 74,2% do total realizado. A Dotação Reprogramada de R\$ 192,6 milhões considerou a implantação do Plano de Carreira, Empregos e Salários (PCES) e o saneamento financeiro com recursos do tesouro para pagamento de INSS no valor de R\$ 92,3 milhões. Foram executados R\$ 96,2 milhões, correspondendo a 50% dessa dotação, estando dentro do previsto para o período considerando a efetivação da implantação do PCES e uma vez que a dívida com o INSS não foi regularizada.

Para os grupos de Despesas com Material de Consumo e Serviços de Terceiros foram executados R\$ 401,6 mil e R\$ 21,6 milhões, respectivamente. A baixa execução se deu em virtude do contingenciamento orçamentário ao longo do ano para novas aquisições e novas contratações, visando à canalização dos recursos disponíveis para a regularização dos constantes bloqueios judiciais ocorridos no exercício.

Para o grupo de Encargos Diversos a dotação foi reprogramada para R\$ 317,5 milhões, devido aos bloqueios judiciais em execução no exercício. Foi executado no período R\$ 143,0 milhões.

No subgrupo de Utilidades e Serviços, os valores foram executados abaixo da média do período, num total de R\$ 7,4 milhões (78% do total aprovado para a rubrica).

No subgrupo de Tributos e Encargos Parafiscais, foram executados R\$ 19,8 milhões (73%) estando dentro do previsto da dotação reprogramada, considerando que não foi regularizado o IPTU que seria pago com o saneamento financeiro de recursos do Tesouro não repassados.

No subgrupo de Dívida Externa a execução foi correspondente a duas parcelas anuais e fixas, em abril e setembro, no valor de R\$ 931,3 mil (78%).

No subgrupo de Aluguéis foram executados R\$ 782,2 mil. Mantidos no exercício os contratos de característica "contínua", tais como: Locação de Viaturas, Locação de Equipamentos de Rádio Telecomunicação e Telefonia, Locação Sistema de Segurança Eletrônica, Locação de Máquinas Copiadoras e Locação de Sanitários Químicos. No subgrupo de Multas e Encargos Financeiros, foram executados R\$ 2,9 milhões, correspondente a 5,0%, estando abaixo do valor projetado para o período, considerando que não foram regularizadas multas relativas à IPTU e à ISS que seriam pagas com o saneamento financeiro de recursos do Tesouro não repassados.

No subgrupo de Dívida Judicial Trabalhista a dotação para o ano foi reprogramada para R\$ 15,4 milhões, tendo uma execução de 77%, correspondente a R\$ 11,8 milhões.

No subgrupo de Dívida Judicial Cível, a dotação reprogramada para o ano foi de R\$ 102,9 milhões, tendo sido executado R\$ 97,7 milhões (95% da dotação reprogramada). Cerca de 77% dessa execução foi para regularização do Processo nº 1998.001.185286-0-11ª VC, em nome de JP MORGAN e CIAM, que corresponde a 40% da receita corrente bloqueada direito na arrecadação, e que ainda está em vigor. Há previsão de término do bloqueio judicial para o primeiro trimestre de 2010. No subgrupo de Demais Dispêndios Correntes foram executados R\$ 1,5 milhões representando 1% da Dotação Reprogramada de R\$ 106,2 milhões, pelo fato de não ter sido regularizado o acordo firmado com o PORTUS de R\$ 103 milhões, valor esse que seria pago com o saneamento financeiro. Nesse Grupo classificam-se as seguintes despesas: Despesas Miúdas de Pronto Pagamento; Indenizações e Restituições; Despesas Legais; Seguros de Bens e Pessoal; Dívida com Cessão de Crédito; Dívida Ativa municipal - ISS; Acordo e Parcelamento PORTUS.

## 5.2 - Orçamento de Investimentos

Fixado pela Lei 11.897 de 30 de dezembro de 2008 (LOA-09), para o Orçamento de Investimentos, o valor de R\$ 7,7 milhões, sendo R\$ 3,5 milhões com recursos do Tesouro e R\$ 4,2 milhões com recursos próprios. O detalhamento do Orçamento de Investimentos foi divulgado como Suplemento "B" da Lei 11.897/08 (LOA-09) em 10/03/2009 e reprogramado para R\$ 86,1 milhões, de acordo com as suplementações e cancelamentos no decorrer do exercício. Apresentou execução de R\$ 43,4 milhões (50%). A demora na reabertura de créditos impediu o início de novos contratos de investimentos este ano, assim como a continuidade daqueles em vigor.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob o comando de sua Diretoria Executiva, e em estrita consonância com os planos e programas do Governo Federal consubstanciados nas metas estratégicas estabelecidas pela Secretaria Especial de Portos - SEP/PR iniciou-se um amplo processo de revisão de métodos e procedimentos administrativos e gerenciais objetivando o saneamento econômico-financeiro da CDRJ, tendo sido elaborados e aprovados pela Diretoria Executiva, pelo Conselho de Administração, pela Secretaria Especial de Portos - SEP/PR e pelo DEST/MP o Plano de Carreira, Empregos e Salários - PCES e o Plano de Empregos Comissionados - PEC da Companhia, implantados em 2009.

A implantação da "Gestão Portuária por Resultados - GPPR", em atendimento à Portaria SEP/PR nº 214, publicada no DOU, de 11 de setembro de 2008 vem sendo tratada como diretriz primordial a ser alcançada pela CDRJ e tem seu principal apoio nos estudos do Planejamento Estratégico em desenvolvimento na Companhia.

Destaca-se a realização de análises de natureza técnica e comercial, no sentido de aperfeiçoar a exploração das potencialidades de geração e ampliação de receitas, tanto com a revisão dos contratos de arrendamento como com a procura de novos negócios com parceiros em potencial e a ampliação das relações comerciais da Companhia com parceiros de negócios já existentes.

Entre as principais ações da CDRJ, no ano de 2009, estão as finalizações dos estudos de Modelagem Econômica e Financeira para o arrendamento dos Terminais Papelão e de Produtos Siderúrgicos do Porto do Rio de Janeiro, e a elaboração e aprovação, pela ANTAQ, do novo Programa de Arrendamento de Áreas e Instalações Portuárias, conforme estabelecido pelo Decreto 6620/2008. Também deve ser mencionada a nova adequação do PDZ do Porto do Rio de Janeiro.

A CDRJ vem mantendo entendimentos com o órgão ambiental do Estado do Rio de Janeiro - INEA, quanto aos licenciamentos dos portos de forma semelhante ao licenciamento de distritos industriais.

No tocante ao processo de execução dos serviços de dragagem dos acessos aquaviários ao Porto de Itaguaí, nos trechos do canal de acesso principal, rota preferencial e bacia de evolução do Terminal de Minério (CPBS), o processo de dragagem foi concluído em 21/10/2009 a contento, alargando o canal de acesso para 200 metros e aprofundando-o para a cota de -20 metros, além da rota preferencial com 200m de largura e profundidade de -14,50m. O volume total dragado foi de 5.201.440m³.

A despeito da movimentação decrescente no Porto de Angra dos Reis devemos ressaltar que no último trimestre do exercício de 2009 entraram para estocagem 70 mil toneladas de produtos siderúrgicos e tubos.

Atenciosamente,

**JORGE LUIZ DE MELLO**  
Diretor-Presidente



## COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

CNPJ/MF Nº 42.266.890/0001-28

BALANÇO PATRIMONIAL  
(Em milhares de Reais)

	31/12/2009	31/12/2008		31/12/2009	31/12/2008
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e bancos	41.643	83.010	Financiamentos externos	1.098	1.916
Contas a receber de clientes	18.127	19.336	Fornecedores	8.935	10.206
Impostos a recuperar	3.258	49.288	Obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais	608.280	426.392
Adiantamentos	921	829	Provisão para contingências	40.000	20.000
Depósitos judiciais	4.774	4.497	Provisão de férias e encargos	4.854	3.771
Estoques	3.965	3.476		<b>663.167</b>	<b>462.285</b>
Outros valores a receber	8.672	9.387			
Despesas antecipadas		0	<b>Não Circulante</b>		
	81.360	169.823	Arrendamento mercantil	176.948	339.411
<b>Não Circulante</b>			Financiamentos externos	12.187	17.563
Contas a receber de clientes	111.440	104.890	Obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais	290.353	298.203
Provisão para devedores duvidosos	(111.440)	(52.445)	Adiantamentos de clientes	17.093	28.319
	0	52.445	Arrendamentos	116.070	159.431
Recursos bloqueados - RSD	6.731	6.672		<b>612.651</b>	<b>842.927</b>
Títulos a receber	168	168			
	6.899	59.285	<b>Patrimônio Líquido</b>		
Investimentos	584	577	Capital social	1.753.628	1.619.242
Imobilizado	967.934	967.772	Créditos da União para aumento de capital	7.821	128.735
Diferido	1.455	2.037	Prejuízos acumulados	(1.979.035)	(1.853.695)
	969.973	970.386		(217.586)	(105.718)
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.058.232</b>	<b>1.199.494</b>	<b>Total do Passivo</b>	<b>1.058.232</b>	<b>1.199.494</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em milhares de Reais)

	31/12/2009	31/12/2008
<b>Receita operacional bruta</b>		
Atividades portuárias	171.259	139.007
Arrendamentos	47.242	50.032
Atividades de pesquisas		
	218.501	189.039
<b>Deduções da receita bruta</b>		
Atividades portuárias	(13.280)	(10.611)
	(13.280)	(10.611)
<b>Receita operacional líquida</b>	205.221	178.428
<b>Custos da operação</b>		
Serviços portuários	(30.476)	(29.161)
Depreciação (serviços portuários)	(7.299)	(5.874)
Serviços de pesquisas	(10.593)	(10.032)
Depreciação (serviços de pesquisa)	(65)	(65)
	(48.423)	(45.122)
<b>Resultado operacional bruto</b>	167.446	143.393
Atividades portuárias	(10.648)	(10.087)
Atividades de pesquisas	156.798	133.306
<b>Outras receitas operacionais</b>		
Receita patrimonial	8.094	6.603
<b>Despesas operacionais complementares</b>		
Despesas gerais e administrativas	(150.076)	(79.259)
Depreciação	(1.514)	(4.056)
Despesas financeiras líquidas	(158.679)	(145.665)
Constituição de provisões	(103.050)	(48.762)
	(413.319)	(277.742)
<b>Resultado operacional antes dos efeitos inflacionários</b>	(248.427)	(137.833)
<b>Variações monetárias</b>		
Variações monetárias ativas	124.572	46.122
Variações monetárias passivas	(14.474)	(146.361)
	110.098	(100.239)
<b>Resultado operacional líquido</b>	(138.329)	(238.072)
<b>Receitas (Despesas) não operacionais</b>		
Reversão de provisões	715	6.231
Receitas não operacionais	3.310	3.612
Despesas não operacionais	(41)	(337)
	3.984	9.506
<b>Resultado do exercício</b>	(134.345)	(228.566)
<b>Quantidade de ações</b>	873.248.657	806.389.723
<b>Prejuízo por ação do capital social - em Reais</b>	(0,15)	(0,28)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
(em milhares de reais)

	2009	2008
<b>FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>191.033</b>	<b>12.128</b>
<b>Fluxo da Atividade Principal</b>	<b>(30.132)</b>	<b>(183.311)</b>
Lucro Líquido	(134.345)	(228.566)
(+) Ajuste de exercício anterior	9.005	1.422
(+) Depreciação e amortização	8.868	9.985
(+) Variação monetárias de longo prazo	5.681	5.616
(+) Provisão pdd	58.994	28.056
(-) Diferido	582	(2.037)
(+) Provisão para Férias e 13o.	1.083	213
(+) Provisão para contingências	20.000	2.000
<b>Variação da Necessidade de Capital de Giro</b>	<b>221.165</b>	<b>195.439</b>
Fornecedores	(1.270)	(1.087)
Impostos e taxas	181.888	197.042
Receíveis	1.209	775
Cobranças Contenciosas	(6.549)	(6.764)
impostos a recuperar	46.030	1.810
Adiantamentos	(92)	(21)
Depósitos Judiciais	(277)	(287)
Estoques	(489)	(1.137)
Outros valores a receber	715	4.708
Despesas antecipadas	0	400
<b>FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(9.097)</b>	<b>(97.855)</b>
<b>Variação do Realizável de Longo Prazo</b>	<b>(59)</b>	<b>(99)</b>
Recursos bloqueados RSD	(59)	(99)
<b>Variação do Ativo Permanente</b>	<b>(9.038)</b>	<b>(97.756)</b>
Investimento	(8)	(8)
Imobilizado	(9.030)	(97.748)
<b>FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(223.303)</b>	<b>67.848</b>
<b>Variação do Passivo Financeiro</b>	<b>(231.094)</b>	<b>(60.364)</b>
Empréstimo	(819)	314
Financiamentos em moeda nacional	(162.463)	69.249
Financiamentos em moeda estrangeira	(5.375)	3.011
Obrigações Previdenciárias e tributárias	(7.850)	(151.690)
Adiantamento de clientes	(11.226)	(5.272)
Arrendamento	(43.661)	24.024
<b>Variação do Patrimônio Líquido</b>	<b>7.791</b>	<b>128.212</b>
Aumento de Capital		
Créditos da União	7.791	128.235
Reserva de reavaliação	0	(23)
<b>FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</b>	<b>(41.367)</b>	<b>(17.879)</b>
<b>SALDO INICIAL</b>	<b>83.010</b>	<b>100.889</b>
<b>SALDO FINAL</b>	<b>41.643</b>	<b>83.010</b>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)  
(Em milhares de Reais)

Descrição	Capital Social	Créditos da União para aumento de capital	Reserva de capital Correção monetária do imobilizado	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2008</b>	<b>1.496.211</b>	<b>117.915</b>				<b>(12.401)</b>
Aumento de capital - AGE de 30/06/2008	123.031	(123.031)		23	(1.626.551)	0
Crédito da União para aumento de capital		128.236				128.236
Atualização dos créditos para aumento de capital		5.615				5.615
Realização da reserva de reavaliação				(23)		(23)
Ajustes de exercícios anteriores					1.422	1.422
Prejuízo do exercício					(228.566)	(228.566)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2008</b>	<b>1.619.242</b>	<b>128.735</b>		<b>0</b>	<b>(1.853.695)</b>	<b>(105.718)</b>
Ajustes de exercícios anteriores					9.005	9.005
Atualização dos créditos para aumento de capital		5.681				5.681
Créditos da União para aumento de capital		7.791				7.791
Aumento de capital - AGE de 18/12/2009	134.386	(134.386)				0
Resultado do exercício					(134.345)	(134.345)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>1.753.628</b>	<b>7.821</b>		<b>0</b>	<b>(1.979.035)</b>	<b>(217.586)</b>

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

## NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, tem por objetivo social realizar, em harmonia com os planos e programas da Secretaria Especial de Portos - SEP, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias no Estado do Rio de Janeiro, bem como o ensino portuário.

A integração do Plano de Modernização Portuária no Programa Nacional de Desestatização - PND, por força do Decreto nº 1.990/96, estimulou o processo de arrendamento das áreas e instalações portuárias, seguindo os preceitos da Lei 8.630/93.

## NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, são de responsabilidade de sua administração e foram elaboradas com observância aos princípios de contabilidade emanados da Lei 6.404/76 e alterações produzidas pela Lei 11.638/2007 e MP 449/2008, consoante as práticas contábeis descritas na nota 3.

## NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

## a. Apuração do resultado

O resultado é apurado segundo o regime de competência entre exercícios.

## b. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados os valores de realização ou de exigibilidade, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, respectivamente, até a data do balanço.

Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do exercício subsequente estão classificados como ativos e passivos não circulantes.

## c. Contas a receber de clientes

Esta rubrica refere-se aos recebíveis do Ativo Circulante e não Circulante. A provisão para devedores duvidosos foi constituída com base em 100% das contas a receber de clientes do Ativo não circulante, montante julgado suficiente pela administração da companhia para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

## d. Estoques

Os estoques referem-se a materiais de consumo e estão avaliados ao custo médio de aquisição.

## e. Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens e não ultrapassam os índices de dedutibilidade admitidos pela legislação fiscal.

## NOTA 4 - RECURSOS BLOQUEADOS - RSD

O valor de R\$ 6.731 mil (R\$ 6.672 mil em 2008), registrado nesta conta, refere-se ao Reembolso de Serviço de Draqagem - RSD, utilizado como garantia aos contratos de "leasing" da extinta Empresa de Portos do Brasil - PORTOBRÁS. Tais recursos encontram-se bloqueados em Juízo na 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro, por força de ação judicial movida pelos agentes financeiros contra a PORTOBRÁS, e estão registrados no Ativo não Circulante por se tratar de recursos sem expectativa de liberação no exercício seguinte.

## NOTA 5 - IMPOSTOS A RECUPERAR

Foi realizado no presente exercício o reconhecimento de despesas de valores registrados na "conta impostos a recuperar", no valor de R\$ 45.315 mil, tendo em vista o indeferimento da Receita Federal nos processos de recuperação de crédito, protocolados no ano de 2006.

## NOTA 6 - IMOBILIZADO

Em 2003 ocorreu um sinistro de um bem incorporado a uma estrutura arrendada a terceiros. Este bem foi baixado como perda no exercício de 2003, no montante de R\$ 5.672 mil. A responsabilidade para substituição/ressarcimento do bem sinistrado é da empresa Arrendatária, pelo prazo máximo de vigência do contrato, que neste caso encerra-se em 2022.

Em 2008 a CDRJ integralizou ao seu imobilizado o valor de R\$ 34.000 mil, mediante uma estimativa de ressarcimento, porém, em 2009 baixou este valor, pois optou por não reconhecer este direito, pela incerteza existente sobre o valor, o prazo, e a forma, se mediante substituição do bem, no final do prazo contratual.

Esta mudança de decisão não impactou o resultado, pois foram reconhecidas como receitas diferidas, e a baixa em 2009, ocorreu somente em contas patrimoniais.

## NOTA 7 - FINANCIAMENTOS EXTERNOS

Os financiamentos, em 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$13.285 mil (R\$ 19.479 mil em 2008), em moeda estrangeira, com aval da União Federal, estão sendo pagos em conformidade com o acordo de reestruturação da dívida externa de médio e longo prazo do setor público junto aos credores do setor privado, ajustado à taxa cambial vigente na data do balanço e acrescidos de juros variáveis, segundo as flutuações nas taxas interbancárias do mercado externo, pactuados em contratos.

## NOTA 8 - ARRENDAMENTO MERCANTIL

Trata-se de contratos de leasing de equipamentos portuários transferidos da extinta Empresa de Portos do Brasil - PORTOBRÁS para a Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, tendo sido registrados no Ativo e Passivo não Circulantes.

No exercício de 2009 não houve pagamentos aos agentes financeiros, tendo em vista que tais contratos estão sendo analisados pelo Ministério Público e encontram-se ajuizados na 3ª Vara Federal.

Em 03 de janeiro de 2006, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro decidiu pelo bloqueio de 40% da receita bruta da CDRJ, até o valor de R\$ 135.686 mil, para garantia do processo judicial que lhe é movido pela Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil - CIAM, em cumprimento ao mandado de intimação expedido em 16 de dezembro de 2005.

O total bloqueado em 31/12/2009 monta em R\$ 140.117 mil, excedendo ao Alvará Judicial em R\$ 4.431 mil. Em relação ao valor contábil de R\$ 90.426 mil, o excesso passa a representar o valor de R\$ 49.691 mil.

O saldo dos contratos de leasing em 31.12.2009 é da ordem de R\$ 176.948 mil (339.411 mil em 2008), valores esses reduzidos no presente exercício em razão da valorização do Real frente a moeda Americana, a posição da dívida dos contratos de Leasing foi reduzida em R\$82.110 mil. A variação cambial positiva foi registrada como receita e os juros e multas contratuais como Despesas Financeiras.

Os contratos estão registrados no passivo não circulante, por se tratarem de valores ajuizados e com remota probabilidade de execução no próximo exercício, tendo a seguinte composição:

	Em milhares de Reais 31/12/2009	31/12/2008
<b>Cia. Inter-Atlântico</b>	<b>90.426</b>	<b>113.745</b>
<b>Bloqueio Cia. Inter-Atlântico</b>	<b>(140.117)</b>	<b>(59.762)</b>
<b>Unibanco Leasing S/A</b>	<b>40.814</b>	<b>51.376</b>
<b>Comind Leasing S/A</b>	<b>10.376</b>	<b>13.081</b>
<b>Manufactures Hannover</b>	<b>175.447</b>	<b>220.971</b>
	<b>176.946</b>	<b>339.411</b>

## NOTA 9 - OBRIGAÇÕES FISCAIS, TRABALHISTAS E CONTRATUAIS

As obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais foram atualizadas, quando aplicável, até a data do balanço, cujos valores de maior expressão são o Imposto Sobre Serviços - ISS com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro e as parcelas a pagar ao PORTUS - Instituto de Seguridade Social, decorrentes dos termos de confissão de dívida (vide nota 14). Essas obrigações têm a seguinte composição:

Discriminação	Em milhares de Reais			
	2009	2008	2009	2008
<b>Circulante</b>				
INSS	46.470	169.167		
FGTS	696	497		
PORTUS - Instituto de Seg. Social	193.991	159.366	75.956	70.100
COFINS/PASEP	17.024	82.244	2.321	2.532
Adicional de tarifa portuária	6.820	6.820		
ISS	37.127	31.532	162.555	168.989
Salário educação	1.250	8.230		2.348
Depósito em garantia de serviços	6.075	5.603		
Retenções contratuais	1.619	1.366		
Remunerações/honorários	3.786	6.657		
PGFN	219.582	8.436	49.521	54.234
Contrato Libra/Tecon	67.640	14.492		
Outros	6.198	5.982		
	608.280	426.392	290.353	298.203



## COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

CNPJ/MF Nº 42.266.890/0001-28



O montante a pagar ao PORTUS decorre de dívida referente a contribuição patronal que foi reconhecida através de termos de confissão de dívidas assinados em setembro de 2005 e dezembro de 2008. O valor atualizado do acordo é de R\$ 240.756 mil (R\$205.061 mil em 2008), tendo como base de atualização o INPC-IBGE acrescido de juros de 1% a.m.. Como consequência da assinatura do termo em setembro de 2005, foi registrada uma parcela adicional de R\$ 37.933 mil, referente à Reserva de Tempo de Serviço Anterior – RTSA, que é uma contribuição que foi reconhecida pelas patrocinadoras, decorrente de ingressos de funcionários em seus quadros com tempo de serviço anterior ao de sua admissão, que se aposentaram com direito aos benefícios do PORTUS.

A dívida com o ISS é objeto de cobrança judicial e as respectivas ações estão em fase de execução, tendo sido liquidado em 2009, o montante de R\$ 5.835 mil, (R\$ 6.184 mil em 2008), com recursos próprios, mediante bloqueio do percentual de 5% sobre o faturamento da companhia.

A dívida com a PGFN refere-se ao parcelamento Excepcional- PAEX, autorizado pela MP 303/2006, relativa a taxa de foro e de ocupação incidentes sobre os imóveis constituídos por terrenos de Marinha integrantes do Patrimônio desta CDRJ (domínio útil), acrescido do Pasp e Cofins. No presente exercício a Companhia aderiu ao REFIS 4 (Lei 11649/2009), para parcelamento de dívidas previdenciárias, Pasp e Cofins.

**NOTA 10 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

A Companhia mantém várias ações judiciais, trabalhistas e cíveis, entretanto, no estágio em que se encontram, não é possível estimar o valor das possíveis perdas além daquelas correspondentes aos processos em fase de execução.

Aprovisão para contingências, em 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$ 40.000 mil (R\$ 20.000 mil em 2008), registrada no passivo circulante, foi constituída segundo a avaliação da Superintendência Jurídica desta Companhia, conforme estatística dos dispêndios de exercícios anteriores, representando 100% do provisionado no exercício anterior.

Neste exercício, as baixas constituídas em função de liquidação de processos, totalizaram o montante de R\$ 22.552 mil.

**NOTA 11 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES**

A rubrica 'adiantamentos de clientes' corresponde a valores recebidos da CSN – Companhia Siderúrgica Nacional, para liquidação a partir de janeiro de 2007, mediante compensação com o faturamento de arrendamento do terminal de carvão do Porto de Sepetiba, estando registrada no Passivo não Circulante no montante de R\$ 17.093 mil, (R\$ 28.319 mil em 2008), sendo atualizada pelo IGP-M, conforme contratado.

**NOTA 12 – ARRENDAMENTOS**

A conta de arrendamentos registrada no passivo não circulante refere-se a receitas recebidas antecipadamente dos contratos de arrendamento e vem sendo diferidas atendendo os prazos contratuais.

**NOTA 13 – CAPITAL SOCIAL**

Em 31 de dezembro de 2009, o capital social no valor de R\$ 1.753.628 mil (R\$ 1.619.242 mil em 2008), está representado por 873.248.657 ações (806.389.723 ações em 2008), totalmente integralizadas e assim distribuídas:

Quantidade de ações	Ordinárias	Preferenciais	Total
Acionistas			
União	436.560.794	436.560.793	873.121.587
Governo do Rio de Janeiro	63.498	63.497	126.995
Outros	38	37	75
	436.624.330	436.624.327	873.248.657

**NOTA 14 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

Esse grupo é composto das seguintes despesas:

	Em milhares de Reais	
	2009	2008
Discriminação		
Pessoal e Encargos	68.300	54.536
Serviços de Terceiros	8.621	7.634
Despesas Contrato Libra/Tecon	14.138	8.128
Despesas Tributárias	52.262	2.073
Outras	6.754	6.888
Total	150.075	79.259

O grupo das despesas gerais e administrativas foi aumentado de R\$ 79.259 mil, em 2008 para R\$ 150.075 mil em 2009, basicamente referente aos pagamentos de diferença salarial, proveniente do novo Plano de Cargos e Salários, reconhecimento da atualização dos contratos de Cessão de Créditos Libra/Tecon e reconhecimento na despesa dos tributos indeferidos pela Receita Federal.

**NOTA 15 – DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS**

As despesas financeiras líquidas, no montante de R\$ 158.679 mil (R\$ 145.665 mil em 2008), têm como maior expressão as despesas de juros sobre encargos Tributários e Trabalhistas provocado pelo reconhecimento da atualização dos contratos de Cessão de Créditos da Libra e da Sepetiba Tecon e atualização dos Tributos Federais para inserção no parcelamento do Refis 4 - Lei 11641/2009.

**NOTA 16 – ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**

A Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ mantém, em conjunto com as demais Companhias Docas, um fundo para suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários. Este fundo multipatrocinado, do tipo "benefício definido", é administrado pelo PORTUS – Instituto de Seguridade Social, uma entidade jurídica sem fins lucrativos.

Na qualidade de uma das patrocinadoras, a CDRJ, atendendo ao disposto no artigo 1º da Emenda Constitucional nº 20/98, que altera o artigo 202 da Constituição Federal, contribui com uma parcela mensal sobre a massa de salários de empregados participantes, paritária aos valores por eles recolhidos.

Foi constituído em 2003 um grupo de trabalho paritário com a finalidade de equacionar a situação patrimonial do PORTUS e apurar seu déficit atuarial.

O referido grupo, assessorado pela empresa Globalprev contratada pelo PORTUS, apresentou propostas sugerindo medidas a serem implementadas pelas patrocinadoras com a devida anuência do Governo Federal. Dentre as medidas sugeridas encontra-se a liquidação do atual plano de benefícios e a criação de um novo plano.

Em novo relatório apresentado pela CESAT-CONSULTORIA ESTATÍSTICA ATUARIAL, o déficit atuarial da CDRJ em 31/12/2008, monta em R\$ 484.853.640,83, devendo esse valor ser objeto de estudo pelas Patrocinadoras e participantes, incluindo a União.

Durante o exercício de 2008, foram repassadas ao PORTUS, contribuições de empregados e contribuição patronal, nos montantes de R\$ 3.044 mil e R\$ 2.674 mil, respectivamente (R\$ 3.344 mil e R\$ 1.373 mil, em 2007).

**NOTA 17 – REMUNERAÇÕES**

Na forma do artigo 43º § 1º do Estatuto Social da CDRJ, foram as seguintes remunerações pagas pela CDRJ a empregados e administradores (base dezembro de 2009):

Categoria	Em Reais		
	Menor	Maior	Média
Administradores	17.886,60	18.828,00	18.289,98
Empregados	1.174,29	17.256,14	5.700,95

**NOTA 18 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**

Neste exercício, a CDRJ creditou à conta de "prejuízos acumulados" o montante de R\$ 9.005 mil, (crédito R\$ 1.422 mil em 2008), correspondente ao líquido de despesas e receitas de competência dos exercícios anteriores.

**NOTA 19 – REESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA**

Neste exercício, a companhia apurou prejuízo de R\$ 134.345 mil (R\$ 228.566 mil em 2008). A administração está dando seguimento ao plano de saneamento financeiro desta companhia que compreende, principalmente, aportes de capital pelo acionista majoritário (R\$ 7.791 mil recebidos neste exercício e R\$ 128.236 mil em 2008), renegociação de obrigações fiscais e trabalhistas, contenção de custos e reestruturação de atividades operacionais.

**NOTA 20 – AJUSTES PARA ATENDER A LEI 11.638/2007**

Além das modificações que foram realizadas no exercício anterior, tais como: a elaboração do fluxo de caixa, encerramento da reserva de reavaliação, reformulação do Plano de Contas e transferência do resultado de exercícios futuros para o passivo não circulante, a CDRJ vem buscando adaptar-se as modificações introduzidas sob a forma da Lei 11.638/2007 e MP 449/2008, com estudos para implantação do novo sistema corporativo, bem como a capacitação de pessoal no conhecimento das constantes modificações da Lei.

**NOTA 21 – RENEGOCIAÇÃO FISCAL COM BASE NA LEI 11.941/2009**

Com o objetivo de buscar o saneamento fiscal, a CDRJ obteve deferimento da adesão à renegociação junto à Secretaria da Receita Federal, dos impostos Previdenciários e demais débitos tributários.

**NOTA 22 – IMPACTO SOBRE AS RECEITAS OPERACIONAIS**

O faturamento da CDRJ foi impactado de forma negativa em R\$ 29.843 mil, neste exercício, pelo fato de existirem 03 operações de securitização com o Tesouro Nacional.

As operações de Securitização comprometeram o resultado da Companhia pelo fato de terem sido consideradas como uma Cessão de Crédito e não uma operação de empréstimo emergencial para saldar dívidas fiscais e trabalhistas.

JORGE LUIZ DE MELLO  
DIRETOR - PRESIDENTE  
CPF Nº 510.709.017-68

ELIANE PINTO BARBOSA  
DIRETORA  
CPF Nº 372.049.127-72

HELIO SZMAJZER  
DIRETOR  
CPF Nº 553.615.367-68

AILTON FERNANDO DIAS  
DIRETOR  
CPF Nº 509.330.436-00

MARA CELIA DA SILVA MELO  
CONTADOR CRC – RJ 44.416/O-7  
CPF Nº 733.408.557-49

**PARECER CONFIS Nº 001/2010 - CONSELHO FISCAL**

Parecer do Conselho Fiscal Nº 001/2010

da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ

Senhores Acionistas,

O Conselho fiscal da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, à vista do Parecer dos Auditores Independentes – "Martinielli Auditores", de 26 de fevereiro de 2010, elaborado de acordo com os princípios contábeis adotados no Brasil, que emitiu parecer indicando que as demonstrações contábeis representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, econômica e financeira da CDRJ ressaltados o seguinte:

(3) A Companhia efetuou em dezembro de 2009 uma provisão para contingências trabalhistas e cíveis no montante de R\$40.000 mil (R\$20.000 mil em 2008). Esta provisão foi constituída a partir da avaliação da Superintendência Jurídica da Companhia, conforme estatística dos dispêndios dos exercícios anteriores. Contudo, não foi possível emitirmos uma opinião em relação a esta provisão devido ao não recebimento de todos os relatórios jurídicos e a incompreensibilidade dos relatórios jurídicos fornecidos.

(4) Conforme menciona o item 16 das Notas Explicativas, a Companhia participa como patrocinadora de um fundo de suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários. Este fundo multipatrocinado é administrado pelo PORTUS – Instituto de Seguridade Social, uma entidade jurídica sem fins lucrativos.

A PORTUS apresenta um elevado déficit técnico no plano de benefícios da CDRJ, no valor de R\$453.919 mil, sendo que a CDRJ reconhece uma obrigação no montante de R\$269.947 mil, ou seja, não foi reconhecida obrigação no montante de R\$183.972 mil.

(5) As práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1 de janeiro de 2008 através da Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/09. A Empresa, por sua vez, não adotou todas as modificações normatizadas no exercício de 2009, e conforme mencionado na nota explicativa 20 está em fase de implantação. Devido ao prazo de realização dos nossos trabalhos de auditoria, não foi possível apurarmos o efeito dessas alterações sobre as demonstrações financeiras dos exercícios de 2009 e 2008.

Em relação ao Relatório Anual da Administração em 2009, o Conselho recomenda a aquisição de software jurídico para que a companhia possa ter um controle mais efetivo das causas em que é parte e possa provisionar de forma mais precisa os valores a serem demonstrados em seu balanço, assim como a aquisição de software contábil que permita melhorar os controles da empresa e agilizar a elaboração de informações contábeis e gerenciais.

Quanto às Demonstrações Contábeis, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ exceto pelos reflexos oriundos dos parágrafos (3), (4) e (5) do Parecer da Auditoria Externa, e pelas observações anotadas pelo colegiado quanto ao Relatório de Gestão, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas.

Rio de Janeiro, 4 de março de 2010

KARLA ANDRÉA RODRIGUES DOS SANTOS  
Presidente do Conselho Fiscal  
Representante da Secretaria Especial de Portos

PEDRO DA COSTA CARVALHO  
Representante do Ministério dos Transportes

VINICIUS MENDONÇA NEIVA  
Representante do Tesouro Nacional

JORGE FERNANDES DA CUNHA FILHO  
Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
DELIBERAÇÃO Nº 002/2010/CONSAD/CDRJ**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO (CDRJ), no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 12, Inciso XXIX, do Capítulo V, do Estatuto Social e considerando a decisão do Colegiado em sua 541ª reunião - extraordinária, realizada em 04 de março de 2010;

**DELIBERA:**

I - Aprovar o Balanço e demais Demonstrações Financeiras da Companhia, elaborado em conformidade à Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009;

II - Aprovar o Relatório Anual da Administração da Diretoria Executiva da CDRJ, relativo ao exercício de 2009;

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
DELIBERAÇÃO Nº 003/2010/CONSAD/CDRJ**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO (CDRJ), no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 12, Inciso VI, do Capítulo V, do Estatuto Social e considerando o deliberado na 541ª reunião - extraordinária - do Colegiado, realizada em 04 de março de 2010,

**DELIBERA:**

Artigo Único - Autorizar a Convocação da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas da CDRJ, a realizar-se em 05 de abril de 2010, na Sede da Companhia Docas do Rio de Janeiro, nos termos da Minuta do Edital de Convocação a ser

III - Encaminhar os documentos ora aprovados à Assembléia Geral Ordinária da CDRJ, a realizar-se em 05 de abril de 2010, recomendando a sua aprovação pela mesma.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2010

JORGE LUIZ DE MELLO  
Presidente do Conselho de Administração  
Em Substituição

elaborado, de conformidade com o Artigo 123 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2010

JORGE LUIZ DE MELLO  
Presidente do Conselho de Administração  
Em Substituição

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Ilmos, Srs.

Diretores, Conselheiros e Acionistas da  
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ  
Rio de Janeiro – RJ.

1. Examinamos o balanço patrimonial da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendemos (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e sistema contábil e de controles internos da empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das Práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da empresa, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. A Companhia efetuou em dezembro de 2009 uma provisão para contingências trabalhistas e cíveis no montante de R\$ 40.000 mil (R\$ 20.000 mil em 2008). Esta provisão foi constituída a partir da avaliação da Superintendência Jurídica da Companhia, conforme estatística dos dispêndios dos exercícios anteriores. Contudo, não foi possível emitirmos uma opinião em relação a esta provisão devido ao não recebimento de todos os relatórios jurídicos e a incompreensibilidade dos relatórios jurídicos fornecidos.

4. Conforme menciona o item 16 das Notas Explicativas, a Companhia participa como patrocinadora de um fundo de suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários. Este fundo multipatrocinado é administrado pelo PORTUS – Instituto de Seguridade Social, uma entidade jurídica sem fins lucrativos.

A PORTUS apresenta um elevado déficit técnico no plano de benefícios da CDRJ, no valor de R\$ 453.919 mil, sendo que a CDRJ reconhece uma obrigação no montante de R\$ 269.947 mil, ou seja, não foi reconhecida obrigação no montante de R\$ 183.972 mil.

5. As práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008 através da Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/09. A Empresa, por sua vez, não adotou todas as modificações normatizadas no exercício de 2009, e conforme mencionado na nota explicativa 20, está em fase de implantação. Devido ao prazo de realização dos nossos trabalhos de auditoria, não foi possível apurarmos o efeito dessas alterações sobre as demonstrações financeiras dos exercícios de 2009 e 2008.

6. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos mencionados nos parágrafos 3 e 4, e os possíveis efeitos mencionado no parágrafo 5, as demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 1 representam em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Rio de Janeiro em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, das mutações do seu passivo a descoberto e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

7. A Companhia vem apresentando, sistematicamente, ao longo dos últimos anos, Patrimônio Líquido negativo (passivo a descoberto). Neste exercício o patrimônio líquido ficou negativo em R\$ 217.586 mil (negativo em R\$ 105.718 mil em 2008). Este fator indica que a continuidade da companhia depende de imprescindível complementação para sua reestruturação financeira, bem como de aporte de capital pelo acionista majoritário, conforme indicado no item 19 das Notas Explicativas.

8. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e fluxo de caixa desse exercício, apresentados para fins comparativos, foram auditados por outros auditores independentes conforme parecer emitido em 04 de março de 2009, com as mesmas ressalvas 3 a 5, e as seguintes:

a. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída apenas em KR\$ 52.445, valor considerado insuficiente face ao volume total das contas a receber classificadas como Realizável a Longo Prazo que, em 31 de dezembro de 2008, estavam assim compostas: Contas a Receber em Cobrança Judicial KR\$ 49.934, Contas a Receber Contestadas KR\$ 38.564 e Contas a Receber KR\$ 16.395, totalizando KR\$ 104.894. Em nosso entendimento, todo o valor de contas a receber a longo prazo deveria ser provisionado.

b. A companhia mantém registrado no Ativo não Circulante, o valor de KR\$ 6.672, relativo ao recebimento da extinta PORTOBRÁS, a título de reembolso de serviço de dragagem – RSD e utilizado como garantia de contratos de leasing daquela extinta empresa e que foram bloqueados pela 3ª. Vara Federal do Rio de Janeiro, por ação judicial dos agentes financeiros das operações de leasing. Não há provisão para perdas sobre créditos referente a esse valor.

c. A Cia. Docas do Rio de Janeiro está pleiteando e requerendo restituição dos valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica que considera ter recolhido indevidamente, em decorrência da apropriação do valor da securitização do arrendamento do Terminal de Containers do Porto de Sepetiba (Itaguaçu). Este procedimento está embasado em relatório de um grupo de trabalho interministerial, formado por técnicos do Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério dos Transportes e da CDRJ, denominado "ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E ESTUDO DE FONTES ADICIONAIS DE RECEITAS PARA O FUNCIONAMENTO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ", onde foi concluída a contabilização, em 1998, do valor de R\$ 161,67 milhões, proveniente de receitas de arrendamento, de forma inadequada.

Esta operação se trata de um empréstimo tomado pela companhia junto à União com garantia de arrendamento no período de 1998 a 2023 (276 parcelas). Pelos Princípios Contábeis, a apropriação das receitas deveria ter sido efetuada obedecendo ao regime de competência. Por outro lado, existe também um relatório de uma empresa especializada em recuperação de tributos (Fundação Franco-Brasileira de Pesquisa e Desenvolvimento – FUBRAS) embasando tal recuperação.

d. A companhia tem, sistematicamente, contabilizado receitas e despesas de exercícios anteriores em conta de ajuste de resultados de exercícios anteriores, no Patrimônio Líquido, impedindo que se possa aferir, efetivamente, o seu desempenho no exercício, corrente. O ajuste em 2008 foi de KR\$ 1.422 e em 2007 foi de KR\$ 5.169, ambos a crédito de ajuste de resultados de exercícios anteriores.

9. A empresa procedeu a regularização das ressalvas mencionadas acima, conforme descrito nas notas explicativas 3.c, 4, 5, 8 e 23.

São Paulo (SP), 26 de fevereiro de 2010

JOSÉ ISAIAS HOFFMANN  
Contador CRC (SC) nº 022.566/O-S-SP

MARTINELLI auditores  
CRC(SC) nº 001.132/O-9

**CDRJ**

Planilha: 0018/10

Jornal: Jornal do Commercio - RJ

Data: 29.03.10 - PI

Indeterminado/Regional

REGIONAL RIO DE JANEIRO

TAMANHO: 3 (06 x 52) = 06 x 156

29,7

Kátya

23.03.10

14:33

Correção: 18:14